



ação
educativa

POR UM BRASIL SEM DESIGUALDADES

Plano Municipal de Educação

Denise Carreira

**I Encontro
Educação para uma Outra São Paulo
30 de novembro de 2007**

O Plano Municipal de Educação e as reivindicações dos movimentos e organizações da cidade

-A construção do Plano Municipal de Educação consta na pauta de reivindicações de vários fóruns e movimentos sociais. Principalmente daqueles que já atuam/discutem há algum tempo o desafio das políticas educacionais.

-Aparece como processo que possibilite a participação e influência da sociedade civil da cidade na definição de políticas educacionais e aparece como documento orientador de políticas de médio e longo prazo.

Qual a origem dos Planos Municipais de Educação?

- O Plano Nacional de Educação (2001) estabelece que estados e municípios devem construir planos decenais de educação. Não fixa prazo para que municípios e estados construam os seus planos.

-Objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) são:

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Melhoria da qualidade de ensino;
- Formação para o trabalho;
- Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

-O Plano Nacional de Educação nasceu “fraco” (devido aos vetos a parte de financiamento do Plano). Isso teve impacto no processo de construção dos planos municipais e estaduais de educação de todo o Brasil, tornando-o mais lento.

O que é um Plano Municipal de Educação?

- documento que estabelece metas para os próximos dez anos
- deve ser um plano de Estado e não um plano de governo (da gestão exercício)
- é um plano de educação do município e não um plano das redes e sistemas municipais de ensino
- deve dimensionar os recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas
- deve prever formas de colaboração entre União, estado e município

Por que o Plano Municipal de Educação é importante?

- por ser um plano decenal com força de lei, o PME define metas e possibilita o planejamento de políticas de médio e longo prazo, contribuindo para o enfrentamento da descontinuidade das políticas. (INFLUÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS)
- por seu processo de construção poder possibilitar a ELABORAÇÃO DE UMA AGENDA DE PROPOSTAS E DE LUTAS da sociedade civil organizada.
- pelo POTENCIAL MOBILIZADOR de escolas, comunidades e diferentes setores da sociedade civil, podendo articular questões significativas do cotidiano com a definição de metas e estratégias de políticas públicas.

A situação dos Planos Municipais no Brasil (Dados da Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)

- Até dezembro de 2004, da pesquisa realizada (2122 municípios respondentes) 69% dos municípios brasileiros não contavam com um PME. Desses, 22% se diziam em processo de elaboração, 22% tinham a elaboração prevista e 19,5% sequer previam sua elaboração.
- Os municípios dos Estados de Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Norte e São Paulo são os que mais elaboraram o PME. Na outra ponta (os que menos elaboraram) estão Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima e Tocantins.
- Os municípios mais populosos são os que mais elaboraram planos municipais.

Dados Nacionais

- Dirigentes municipais, equipe técnica da secretaria municipal e integrantes das escolas municipais são os que mais aparecem como participantes do processo.
- Dos 600 que elaboraram o PME, 47,7% estavam com o PME devidamente implementado. 9,3% estavam com o Plano tramitando na Câmara Municipal, 22,2% ainda não haviam enviado à Câmara e 17,3% não informaram a situação.
- 98,3% abrangeram escolas municipais, somente 51,5% abrangeram as escolas da rede estadual, 32% as escolas da rede privada e 8,2% as escolas da rede federal.

Antecedentes – Plano Municipal de Educação de São Paulo

- Em 1999, a vereadora Ana Maria Quadros apresenta o projeto de lei 180/99 que institui o Plano Municipal de Educação.
- Na gestão da prefeita Marta Suplicy, a Secretaria Municipal de Educação inicia o debate em 2003 para a construção do Plano, mas que não tem continuidade.
- Em 2005, na gestão do Secretário José Aristodemo Pinotti, é formulada uma proposta de texto para o Plano Municipal pela assessora Ana Maria Quadros.
- Em 2007, o Secretário Alexandre Schneider manifesta interesse de articular um processo de construção participativa do Plano Municipal para 2008.

E o Plano Estadual de Educação de São Paulo?

- Existem duas propostas de Plano Estadual de Educação paradas na Assembléia Legislativa do Estado. Uma de autoria do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e a outra do governo estadual.
- As propostas foram entregues à Assembléia Estadual em 2004.
- Em 2005, houve um esforço do Comitê Estadual da Campanha de retomar o debate sobre as propostas de Plano Estadual.

Objetivo

- Construir um Plano Municipal de Educação por meio de um processo amplo e participativo, que mobilize e seja significativo para os diferentes setores da sociedade civil e que comprometa o poder público com o seu pleno desenvolvimento.

Desafio 1 – Conseguir que o poder público convoque o processo para a construção do Plano

Estratégias

- Apresentar e pactuar proposta para a construção participativa do PME junto ao Prefeito de São Paulo, ao Secretário Municipal de Educação, à Câmara Municipal, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- Divulgar a importância do Plano Municipal junto à mídia, aos meios de comunicação alternativos e populares e em diferentes espaços.
- Pautar a importância do plano no processo eleitoral municipal de 2008, atuando para que os candidatos e candidatas assumam compromisso público e por escrito com a sua implementação.

Desafio 2 – Conseguir que o processo de construção seja efetivamente amplo e participativo

Estratégias

- Constituir um comitê organizador, responsável pelo processo de construção do Plano, composto por representantes de diferentes setores da sociedade. Criar comitês nas subprefeituras.
- Promover encontro para afinação da metodologia participativa que permeará o processo de construção do Plano.
- Mobilizar escolas, comunidades e diversos setores de toda a cidade para a discussão sobre os problemas, caminhos e questões significativas para melhorar a educação na cidade.
- Realizar a Conferência Municipal de educação para a construção do documento e estabelecendo em lei que ela aconteça de 2 em 2 anos. Vinculá-la à necessidade de realização de 2 em 2 anos da Conferência Estadual e da Conferência Nacional de Educação.

Desafio 3 – Conseguir que o Plano seja aprovado e seja exigível judicialmente e tenha condições financeiras de ser executado

Estratégias

- Estimular a constituição de uma Frente Parlamentar na Câmara Municipal comprometida com o Plano Municipal de Educação;
- Estimular debates em todas as comissões da Câmara Municipal;
- Desenvolver o estudo custo aluno qualidade da cidade (qual é o investimento por aluno que devemos garantir para dar passos consequentes rumo à educação de qualidade que sonhamos para a cidade?).
- Influenciar e acompanhar todo o ciclo orçamentário anual na Câmara e no Executivo.
- Fortalecer a articulação com o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Desafio 4 – Conseguir que o Plano seja respeitado pelos gestores e conhecido, fiscalizado e monitorado pela sociedade civil de toda a cidade

Estratégias

- Constituir um Fórum Municipal de Educação, que conte com a participação dos diversos setores da sociedade e que tenha seus representantes eleitos na Conferência Municipal de Educação.
- Rediscutir o papel e a constituição do Conselho Municipal de Educação, visando garantir um equilíbrio maior entre sua função normativa e a de controle social. Rediscutir também o papel dos Conselhos do Fundeb, da Merenda Escolar e dos Conselhos vinculados às sub-prefeituras.
- Construir um conjunto de indicadores que possam ser monitorados pelo Fórum, pelos Conselhos Municipais, pelos Conselhos Escolares, pelos movimentos, fóruns e organizações da sociedade e pelo Ministério Público.
- Estabelecer uma política de comunicação que garanta transparência e condições amigáveis de monitoramento de indicadores por qualquer cidadão e cidadã da cidade.

Desafio 5 – Conseguir que um novo Plano Municipal de Educação seja construído 10 anos depois

Estratégias

- Estabelecer na lei, a exigência jurídica da construção de novos Planos Municipal de Educação de 10 em 10 anos, com a participação efetiva das escolas, comunidades e diferentes setores da sociedade.
- Manter “viva” a institucionalidade participativa e de controle social e conectada com a força das diversas formas de organização da sociedade.

Denise Carreira

denise@acaoeducativa.org